

**TERMO ASSOCIATIVO nº 01/2021**, que entre si celebram o Município de Dom Joaquim, Estado de Minas Gerais e a Associação dos Municípios do Circuito Turístico Trilhas do Rio Doce.

O **MUNICÍPIO DE DOM JOAQUIM**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.303.198/0001-48, com sede na Praça Cônego Firmiano – Nº 40, centro, doravante denominado **MUNICÍPIO**, por seu Prefeito Municipal, Sr. Geraldo Adilson Gonçalves, brasileiro (a), casado (a), residente à rua Dom Pedro II – Nº 360, município de Dom Joaquim/MG - CPF: 90.899.306-44 e RG: MG-8.133.795 expedida pela SSP/MG e a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO TURÍSTICO TRILHAS DO RIO DOCE**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pelo Decreto Lei nº 5.036, de 21 de agosto de 2002, inscrito no CNPJ 05.118.154/0001-04, com sede a Rua Ana Nery, 151- Sala D – Esplanada - Governador Valadares/ MG, doravante denominado **CIRCUITO**, neste ato representado legalmente pela sua Presidente Roberta Andrade Moreira Carvalho, brasileira, casada, residente na Rua Israel Pinheiro, 2446 - Centro, no município de Gov. Valadares/MG, portadora do CPF: 593.998.056-20 e da RG: MG- 3.840.809, expedida pela SSP/MG, em conjunto designados resolvem celebrar o presente **TERMO ASSOCIATIVO**, mediante as seguintes condições e cláusulas:

Considerando que Termo Associativo visa estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive à realização de objetivos de interesse comum, constituída como entidade jurídica de direito privado sem fins econômicos objetivando a gestão e a proteção de patrimônio turístico comum.

Considerando que há ajuste que se subordina às prescrições da Lei Nº 13.019/204 e há ajuste de interesse mútuo que se converge para a formalização do Termo Associativo, a exemplo do firmado entre o **MUNICÍPIO E O CIRCUITO**, de natureza específica e com origem unicamente circunscrita ao interesse público.

Considerando que esse procedimento obedece às prescrições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e alterações, que consagram normas para o regime jurídico das

